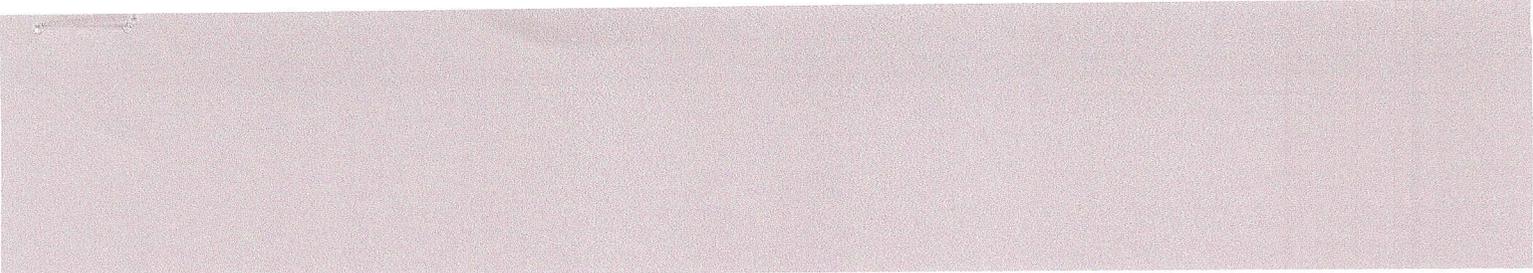




**2009**  
RELATÓRIO  
DE GESTÃO



Instituto Português de Corporate Governance



# 2009

## RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1. Relatório das actividades de 2009

O ano de 2009 foi essencialmente dedicado à discussão pública do Ante-Projecto de Código de Bom Governo das Sociedades do IPCG. Dessa discussão pública, em que, para além da própria Comissão de Redacção, a Direcção participou activamente, resultaram mais de cinco centenas de alterações ao texto, como adiante melhor se detalha. Esse trabalho intenso em torno do Ante-projecto não impediu, porém, o desenvolvimento de outras actividades, como as que a seguir se indicam:

- 16-17 Abril: Representação do Instituto, através do Presidente da Direcção, na **Assembleia Geral do European Corporate Governance Institute**, em Paris;
- 20 Abril: **Reunião com a Comissão Europeia dos Direitos do Consumidor** Meglena Kuneva sobre questões financeiras relacionadas com a política de protecção do consumidor;
- **Associado Patrocinador:** Adesão da Galp Energia, SGPS, S.A.;

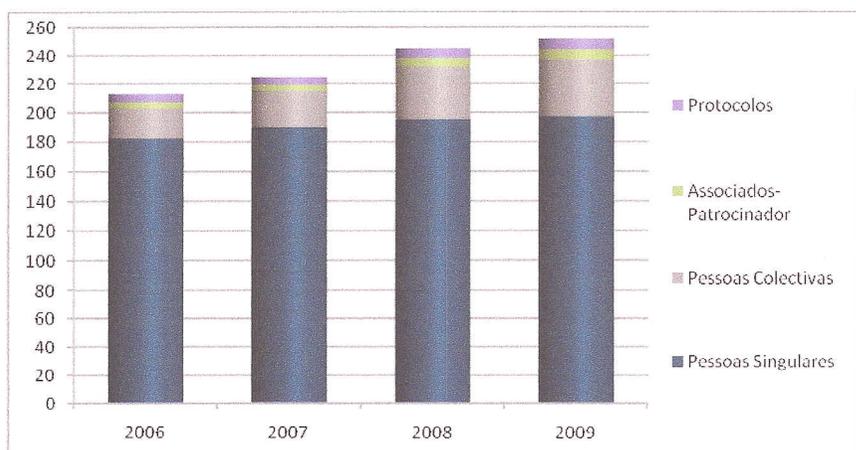


Gráfico 1 N.º de associados e entidades com protocolo com o IPCG nos anos de 2006 a 2009.

- Atingiu-se o número de onze **empresas do PSI20 associadas** do Instituto, as quais representaram em Outubro 74% deste índice bolsista.
- 16 Junho: Aprovação de espaço de informação no Portal do Instituto na Internet para a “**Revista Governar**”;
- Venda de **publicações do Instituto** pelo Portal na Internet;
- 22 Setembro: Participação do Instituto através do Presidente da Direcção, na “**Manhã Informativa de Corporate Governance – Na transição do regime de governação das Sociedades Anónimas: auto-regulação e outras alterações**”, no auditório da Sociedade de Advogados - Vieira de Almeida e Associados, com uma assistência de 50 pessoas;

Tabela 1: N.º de associados e entidades com protocolo com o IPCG nos anos de 2006 a 2009.

	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Associados Pessoas Singulares	182	190	195	197
Associados Patrocinadores	4	4	6	7
Associados Pessoas Colectivas	21	25	37	40
Protocolos	6	6	7	8
<b>Totais</b>	<b>213</b>	<b>225</b>	<b>245</b>	<b>252</b>

- 30 Setembro: Resposta à Consulta Pública n.º 2/2009 da CMVM sobre as Recomendações de Código de Governo das Sociedades;
- 20 Outubro: Apreciação da viabilidade da constituição de um organismo certificador da independência de administradores;
- 18 Novembro: Acordo com o Executivo Master em Gestão e Desenvolvimento Sustentável (EM GDS) para a difusão no Portal do Instituto na Internet do curso de Janeiro e Fevereiro de 2010 em troca de condições especiais aos Associados do Instituto;

Tabela 2: Áreas de actividade das entidades colectivas associadas do IPCG, entre 2006 e 2009.

Áreas de actividade de entidades colectivas associadas do IPCG	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009
Advocacia	3	6	17	19
Bancária	6	6	6	6
Consultoria em Recursos Humanos	1	1	1	1
Contabilidade	2	2	2	2
Gestão de Participações Sociais	6	6	8	8
Indústria da Água	1	1	1	1
Indústria da Construção Civil	1	1	1	1
Indústria da Energia	2	2	2	3
Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	1
Ministério da Economia	1	1	1	1
Produtos Farmacêuticos	-	-	1	1
Produtos Químicos e Indústria Têxtil	1	1	1	1
Seguros	1	2	2	2

- 3 Dezembro: Organização com o patrocínio da PriceWaterHouseCoopers do **Seminário “Controlo e Fiscalização Interna da Administração das Sociedades”**, com uma assistência de 150 pessoas.
- **Opinião presente em meios de comunicação social**, nomeadamente, entre outros, a respeito do Despacho n.º 11420/2009 sobre as orientações do Estado no exercício das suas funções de accionista e, principalmente, sobre questões colocadas por jornalistas directamente ao Instituto no âmbito da discussão pública do Ante-Projecto de Código;
- Outubro: **Recuperação de quotas em atraso** e notificação aos Associados com quotas de mais de três anos em atraso conforme recomendação do Conselho Fiscal;

## 2. Redacção do projecto de código de bom governo das sociedades do IPCG

- 2007**
- Decisão de dar sequência ao Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal, com a elaboração do código de boas práticas de corporate governance do IPCG. Tendo sido constituída a Comissão de Redacção do Código, presidida pelo Dr. Emílio Rui Vilar;
- 2008**
- A Comissão que prepara a elaboração do código de corporate governance do IPCG, presidida pelo Presidente do Conselho Geral, Dr. Emílio Rui Vilar, inicia os seus trabalhos em Fevereiro;
    - A primeira fase dos trabalhos, concluída em 31 de Maio de 2008, consistiu na análise comparativa das normas vinculativas e das recomendações mais significativas sobre corporate governance na Alemanha, Itália, França, Espanha, Países Baixos, Suécia e Reino Unido, e, em questões específicas, nos Estados Unidos da América.
    - A elaboração do Código de Boas Práticas do IPCG é referida pelo Dr. Carlos Tavares, Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em sessão pública da Comissão Parlamentar de Economia da Assembleia da República, como exemplo do que a sociedade civil pode fazer no âmbito da auto-regulação que pode dispensar algumas intervenções da CMVM no capítulo das recomendações.
- 2009**
- 4 Fevereiro: Conclusão da redacção do Ante-Projecto de Código de Bom Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance;
  - 25 Fevereiro: Envio aos membros do Conselho Geral, para apreciação, do Ante-Projecto de Código;
  - 4 Março: O Conselho Geral debate o documento e recomenda-o à Assembleia Geral, com um voto de louvor à Direcção e à Comissão de Redacção do Código;
  - 4 Março: A Assembleia Geral aprova o documento para apresentação à discussão pública;
  - 4 Março: Dá-se início ao processo de consulta pública do Ante-Projecto de Código em apresentação à comunicação social e imediata colocação com o máximo destaque no Portal do Instituto na Internet;
  - Março: Apresentação e entrega do Ante-Projecto de Código ao Senhor Presidente do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Dr. Carlos Tavares;
  - 30 Março: Realização de reunião/debate sobre o Ante-Projecto de Código, exclusiva com os Associados do Instituto, com a participação de mais de um quinto do total de Associados, no Auditório do Edifício Victoria, em Lisboa;

- 14 Abril: Realização de sessão de debate sobre o Ante-Projecto de Código, dirigida ao público em geral, com a presença de cerca de uma centena de pessoas, na Fundação de Serralves, no Porto;
- 7 Maio: Realização de sessão de debate sobre o Ante-Projecto de Código, dirigida ao público em geral, com a presença estimada de 120 pessoas, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa;
- 8 Maio: Participação do Instituto, através do Dr. Jorge Arriaga da Cunha, como membro da Comissão de Redacção do Código, no “XX Encontro Nacional de Docentes de Contabilidade do Ensino Superior – A contabilidade: contribuição para uma informação credível”, em Coimbra;
- 31 de Março a 25 de Agosto: recepção de propostas e sugestões escritas, incluindo pelo Fórum do Instituto na Internet, ao Ante-Projecto de Código, no total de 31 documentos;
- 25 de Agosto a 16 de Novembro: Análise dos contributos recebidos e revisão do Ante-Projecto, que culmina com a aprovação da versão de 16 de Novembro a qual foi enviada a todos os membros do Conselho Geral;
- Convocação de Assembleia Geral para deliberação a 16 de Dezembro sobre o Projecto de Código. Adiada por considerar-se que os associados deveriam dispor de tempo adicional para reflectir sobre o Projecto de Código, atenta a publicação iminente dos novos Regulamento e Recomendações da CMVM sobre corporate governance;
- 4 Dezembro: Reunião do Conselho Geral na qual é aprovado o Projecto de Código com a integração das propostas que emitiu;

## 2010

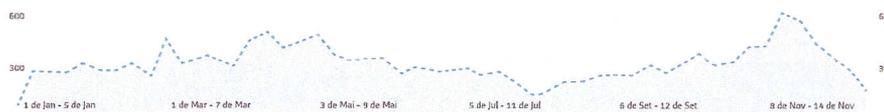
- 4 Dezembro a 4 Janeiro: Recepção de cinco documentos com propostas e sugestões de redacção para o Projecto de Código de 16 de Novembro.
- 4 de Janeiro de 2010: Conclusão da redacção do Projecto de Código conforme aprovada pelo Conselho Geral de 4 de Dezembro, contabilizando-se, face à versão de Ante-Projecto de Código apresentada a 30 de Março de 2009, o total de 586 modificações, designadamente, 221 aditamentos de texto, 77 eliminações e 288 alterações;
- Verificada a publicação do novo quadro normativo da CMVM, foi convocada a Assembleia Geral para deliberar sobre o Projecto de Código, para o dia 29 de Janeiro.
- A 29 de Janeiro de 2010, em assembleia geral, a Direcção retirou a proposta de aprovação do Projecto de Código que havia apresentado por considerar, na sequência de contactos mantidos com um grupo de associados constituído

essencialmente por empresas do PSI 20, que o referido projecto não reunia ainda o consenso necessário à sua aprovação. Neste contexto, a Direcção, por estar em fim de mandato, optou por solicitar ao Conselho Geral que encarregasse a nova Direcção do Instituto de concluir o trabalho.

### 3. Portal do IPCG/2009

- No ano de 2009 verificaram-se o total de 14840 visitas ao Portal do IPCG na Internet, provenientes de 65 países, mantendo-se entre estes os dez primeiros do ano de 2008, nomeadamente e por ordem decrescente de número de visitas, o Brasil com 893 visitas, Reino Unido, Espanha, Estados Unidos, Moçambique, Alemanha, França, Angola e Países Baixos. Metade do número total de visitantes corresponde a utilizadores com indicação de terem o inglês como idioma;
- A média diária foi de 40,66 visitas, tendo ascendido na semana do pico de visitas a 83 diárias;
- 39,48% das visitas registadas são de visitantes frequentes;

**Gráfico 2** Visitantes ao Portal do IPCG na Internet, dados por semana.



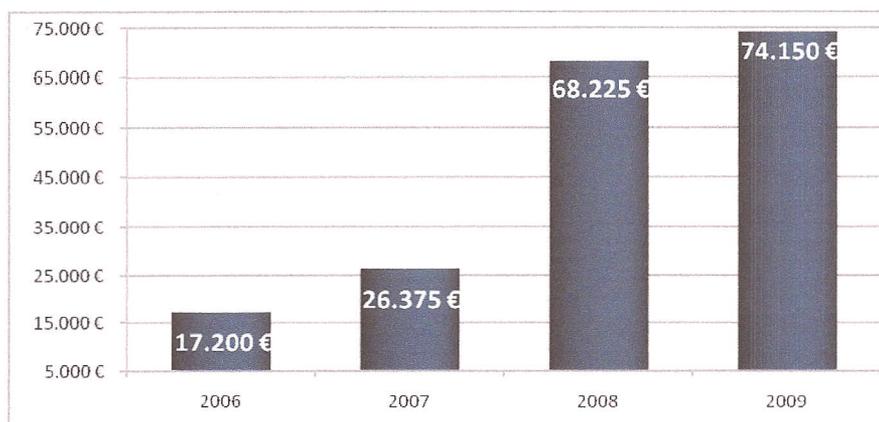
- Mantém-se a página de acolhimento seguida da página de Associados como as páginas mais vistas do Portal;
- As páginas relativas ao Ante-Projecto de Código foram visualizadas 3332 vezes.

## 4. Análise Financeira

- Ao longo do mandato que agora termina, foi preocupação da Direcção assegurar a sustentabilidade financeira do IPCG. Este objectivo foi atingido sem se prejudicar (i) a organização de diversos eventos, essencialmente apoiados em patrocínios obtidos para cada um, (ii) o estabelecimento de uma sede permanente (no edifício da Euronext), (iii) a permanência diária, enquanto Secretário, de um jurista que assegurasse o bom andamento das iniciativas desenvolvidas (iv) e a dinamização do site, conforme descrito no plano de Relatório de Actividades.

Para isso foi dado um especial enfoque à operacionalidade e eficácia da cobrança de quotas, como a seguir se pode verificar:

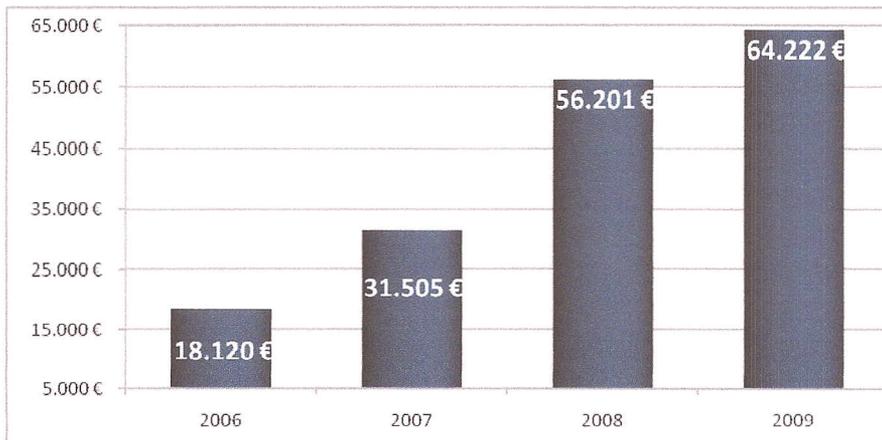
Mapa 1: Cobranças de quotas anual (Euro)



Essa linha de acção permitiu que o valor de quotas por cobrar, que era de 50.530€ em 31 de Dezembro de 2007, baixasse para 4.600€ no final do ano passado, tendo em consideração também as provisões que foram constituídas para a cobrança duvidosa das quotas com maior antiguidade, as quais em 31 de Dezembro de 2009 ascendiam a 17.400€.

- A evolução da conta de “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” reflecte um significativo aumento da actividade do Instituto:

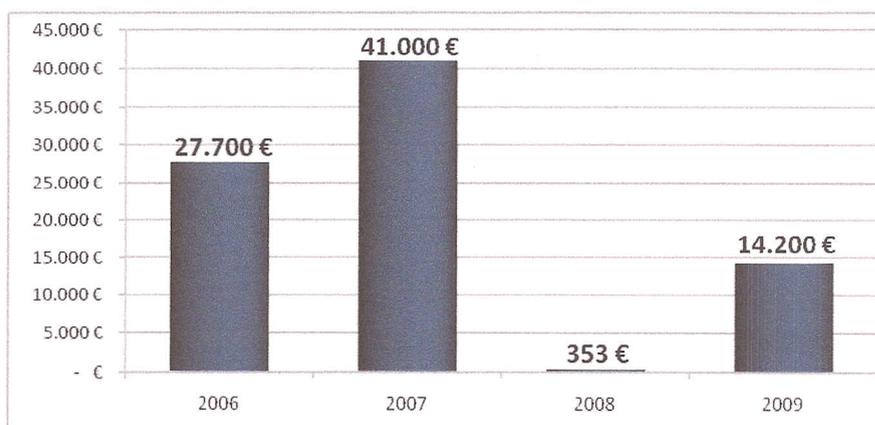
Mapa 2: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos (Euro)



- O maior peso nestes custos resulta da preparação e discussão do “Projecto de Código de Bom Governo das Sociedades do IPCG”, os quais, nos três anos do mandato desta Direcção, totalizaram:

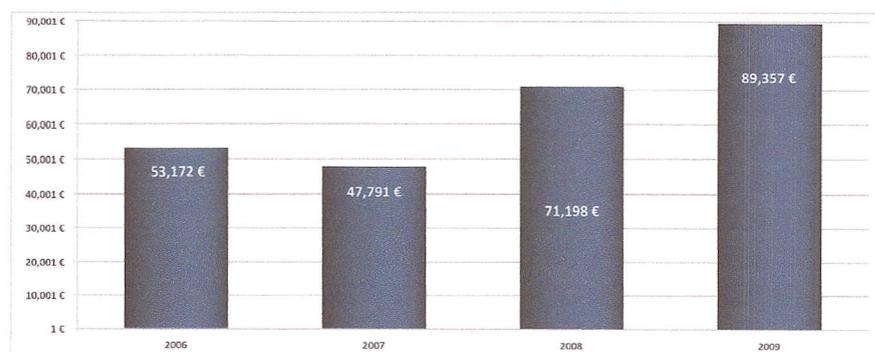
**36.569 Euros.**

- Este montante não inclui os custos relacionados com a promoção ou apoio directo a debates abertos sobre o Bom Governo das Sociedades, que beneficiaram de apoio financeiro parcial de entidades de prestígio externas ao IPCG, conforme o diagrama abaixo:



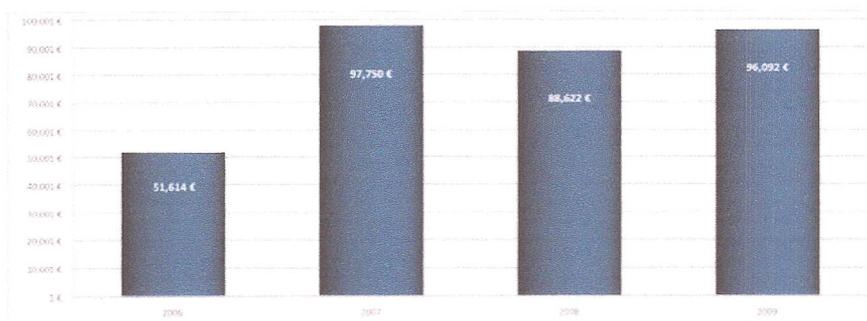
Mapa 3: Apoios exteriores (Euro)

- Em consequência desta política, foi possível criar uma reserva financeira crescente:



Mapa 4: Total de depósitos bancários e caixa no final do exercício. (Euro)

- O que também se reflecte no reforço da situação patrimonial do IPCG:



Mapa 5: Total dos capitais próprios no final do exercício. (Euro)

- Consideramos assim estar garantida a independência e sustentabilidade financeira do Instituto por um período suficientemente alargado.

Fevereiro 2010

A DIRECÇÃO

*(Signature)*  
*Alvaro Leão*  
*(Signature)*  
*Carla Figueiredo*

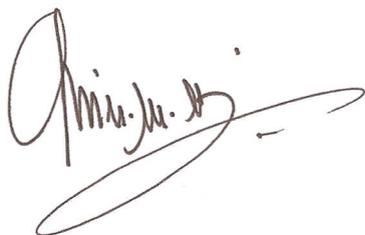
# Demonstrações Financeiras

Códigos das contas		Balanço	Exercícios		
CEE (a)	POC		2009	2008	2007
		<b>Capital próprio e passivo</b>			
		<b>Capital próprio:</b>			
A		Fundo Social			
I	51	Acções (quotas) próprias - Valor Nominal	88,622.01	97,750.23	
	521	Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios			
	522	Prestações suplementares			
	53	Prémios de emissão de acções (quotas)			
II	54	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas			
III	55	Reservas de reavaliação			
	56	Reservas:			
IV		Reservas legais			
1/2	571	Reservas estatutárias			
3	572	Reservas contratuais			
4	573	Outras reservas			
4	574 a 579	Resultados transitados			51,614.62
V	59	Subtotal	<b>88,622.01</b>	<b>97,750.23</b>	<b>51,614.62</b>
VI	88	Resultado líquido do exercício	7,470.39	-9,128.22	46,135.61
	89	Dividendos antecipados			
		<b>Total do capital próprio</b>	<b>96,092.40</b>	<b>88,622.01</b>	<b>97,750.23</b>
		<b>Passivo:</b>			
		<b>Provisões:</b>			
B		Provisões para pensões			
1	291	Provisões para impostos			
2	292	Outras provisões			
3	293/8				
		<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (b)</b>			
C		<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
C		Empréstimos por obrigações			
1		Convertíveis			
	2321	Não convertíveis			
	2322	Empréstimos por títulos de participação			
1	233	Dívidas a instituições de crédito			
2	231 + 12	Adiantamentos por conta de vendas			
3	269	Fornecedores, c/c			
4	221	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			
4	228	Fornecedores - Títulos a pagar			
5	222	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar			
5	2612	Empresas do grupo			
6	252	Empresas participadas e participantes			
7	253 + 254	Outros accionistas (sócios)			
8	251 + 255	Adiantamentos de clientes			
8	219	Outros empréstimos obtidos			
8	239	Fornecedores de imobilizado, c/c			837.93
8	2611	Estado e outros entes públicos	2,176.06	499.75	1,332.82
8	24	Outros credores	318.32	2,651.24	1,864.90
8	262 + 263 + 264 + 265 + 267 + 268 + 211		<b>2,494.38</b>	<b>3,150.99</b>	<b>4,035.65</b>
		<b>Acréscimos e diferimentos</b>			
D		Acréscimos de custos		142.00	
	273	Proveitos diferidos			
	274				
		<b>Total do passivo</b>	<b>2,494.38</b>	<b>3,292.99</b>	<b>4,035.65</b>
		<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>98,586.78</b>	<b>91,915.00</b>	<b>101,785.88</b>

(a) Em conformidade com o artº 9º da 4ª directiva da CEE

(b) A desenvolver, segundo as rubricas existentes no <<curto prazo>>, atendendo às previsões de cobrança ou exigibilidade da dívida ou de parte dela a mais de um ano

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



Códigos das contas		Balanço	Exercícios				
CEE (a)	POC		2009			2008	2007
			AB	AA (a)	AL	AL	AL
		<b>Activo</b>					
		<b>Imobilizado</b>					
		<b>Imobilizações incorpóreas :</b>					
I		Despesas de instalação	475.35	475.35		105.74	211.47
1	431	Despesas de investigação e de desenvolvimento					
1	432	Propriedade industrial e outros direitos					
2	433	Trespases					
3	434	Imobilizações em curso					
4	441/6	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas					
4	449						
			<b>475.35</b>	<b>475.35</b>		<b>105.74</b>	<b>211.47</b>
		<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
II		Terrenos e recursos naturais					
1	421	Edifícios e outras construções					
1	422	Equipamento básico					
2	423	Equipamento de transporte					
2	424	Ferramentas e utensílios					
3	425	Equipamento administrativo	7,613.44	4,318.36	3,295.08	5,026.32	2,086.39
3	426	Taras e vasilhame					
3	427	Outras imobilizações corpóreas					
3	429	Imobilizações em curso					
4	441/6	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas					
4	448						
			<b>7,613.44</b>	<b>4,318.36</b>	<b>3,295.08</b>	<b>5,026.32</b>	<b>2,086.39</b>
		<b>Investimentos financeiros:</b>					
III		Partes de capital em empresas do grupo					
1	4111	Empréstimos a empresas do grupo					
2	4121 + 4131	Partes de capital em empresas associadas					
3	4112	Empréstimos a empresas associadas					
4	4122 + 4132	Títulos e outras aplicações financeiras					
5	4113 + 414 + 415	Outros empréstimos concedidos					
6	4123 + 4133	Imobilizações em curso					
6	441/6	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros					
6	447						
		<b>Circulante</b>					
		<b>Existências:</b>					
I		Matérias-primas, subsidiárias e de consumo					
1	36	Produtos e trabalhos em curso					
2	35	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
3	34	Produtos acabados e intermédios					
3	33	Mercadorias					
3	32	Adiantamentos por conta de compras					
4	37						
		<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (b)</b>					
		<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>					
II		Clientes, c/c	148.84		148.84	72.02	
1	211	Clientes - Títulos a receber					
1	212	Clientes de cobranças duvidosa					
1	218	Empresas do grupo					
2	252	Empresas participadas e participantes					
3	253 + 254	Outros accionistas (sócios)	22,000.00	17,400.00	4,600.00	13,875.00	50,530.00
4	251 + 255	Adiantamentos a fornecedores					
4	229	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado					
4	2619	Estado e outros entes públicos	305.94		305.94	25.18	
4	24	Outros devedores	15.00		15.00	326.00	15.00
4	262 + 266 + 267 + 268 + 221	Subscritores de capital					
5	264						
			<b>22,469.78</b>	<b>17,400.00</b>	<b>5,069.78</b>	<b>14,298.20</b>	<b>50,545.00</b>
		<b>Títulos negociáveis</b>					
III		Ações em empresas do grupo					
1	1511	Obrigações e títulos de participação em empresas do grupo					
3	1521	Ações em empresas associadas					
3	1512	Obrigações e títulos de participação em empresas associadas					
3	1522	Outros títulos negociáveis					
3	1513 + 1523 + 153/9	Outras aplicações de tesouraria					
3	18						
		<b>Depósitos bancários e caixa</b>					
IV		Depósitos bancários	89,338.37		89,338.37	71,062.18	47,385.58
	12 + 13 + 14	Caixa	18.59		18.59	135.63	405.40
			<b>89,356.96</b>		<b>89,356.96</b>	<b>71,197.81</b>	<b>47,790.98</b>
		<b>Acréscimos e diferimentos</b>					
E		Acréscimos e proveitos	94.37		94.37	560.11	326.53
	271	Custos diferidos	770.59		770.59	726.82	825.51
	272		<b>864.96</b>		<b>864.96</b>	<b>1,286.93</b>	<b>1,152.04</b>
		<b>Total de amortizações</b>					
		<b>Total de ajustamentos (a)</b>					
		<b>Total do activo</b>	<b>120,780.49</b>	<b>22,193.71</b>	<b>98,586.78</b>	<b>91,915.00</b>	<b>101,785.88</b>

Abreviaturas: AB = Activo bruto  
AA = Amortizações e ajustamentos  
AL = Activo Líquido

Códigos das contas		Demonstração de Resultados por Naturezas	Exercícios					
CEE (1)	POC		2009		2008		2007	
<b>Custos e perdas</b>								
A	2. a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:					
			Mercadorias					
			Matérias					
	2. b)	62	Fornecimentos e serviços externos		64,222.42		56,201.20	
	3		Custos com o pessoal:					
	3. a)	641 + 642	Remunerações					
	3. b)		Encargos Sociais					
		643 + 644	Pensões					
		645/8	Outros					
	4. a)	662 + 663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		1,836.98		1,986.45	
	4. b)	666 + 667	Ajustamentos		9,900.00		7,575.00	
	5	67	Provisões		11,736.98		9,561.45	
	5	63	Impostos		3,494.00		7,039.12	
	5	65	Outros custos e perdas operacionais		2,169.00		2,000.00	
					5,663.00		9,039.12	
					81,622.40		74,801.77	
	6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas					
	6	683 + 684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros					
	7	(2)	Juros e custos similares:					
			Relativos a empresas do grupo					
			Outros		329.33		250.60	
					329.33		250.60	
					81,951.73		75,052.37	
	10	69	Custos e perdas extraordinários		376.86		3,591.23	
					82,328.59		78,643.60	
	8 + 11	86	Impostos sobre o rendimento do exercício		223.65		118.51	
					82,552.24		78,762.11	
					7,470.39		-9,128.22	
					90,022.63		69,633.89	
	13	88	Resultado líquido do exercício					
					90,022.63		69,633.89	
<b>Proveitos e ganhos</b>								
B	1	71	Vendas:					
			Mercadorias					
			Produtos					
	1	72	Joias e Quotizações		74,150.00		68,225.00	
					74,150.00		68,225.00	
							26,375.00	
							26,375.00	
	2	(3)	Variação da produção					
	3	75	Trabalhos para a própria empresa					
	4	73	Proveitos suplementares		117.67		103.81	
	4	74	Subsídios à exploração		14,200.00		353.06	
	4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais				42.87	
	4	77	Reversões de amortizações e ajustamentos		75.00		41,000.00	
					14,392.67		456.87	
					88,542.67		68,681.87	
	5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas					
	5	784	Rendimentos de participações de capital					
	6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras					
			Relativos a empresas do grupo					
			Outros					
	7	(5)	Outros juros e proveitos similares					
			Relativos a empresas do grupo					
			Outros		1,479.96		952.02	
					1,479.96		952.02	
					90,022.63		69,633.89	
	9	79	Proveitos e ganhos extraordinários					
					90,022.63		69,633.89	
<b>Resumo:</b>								
Resultados operacionais: (B) - (A) =			6,920.27		-6,119.90		31,439.33	
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =			1,150.63		701.42		212.78	
Resultados correntes: (D) - (C) =			8,070.90		-5,418.48		31,652.11	
Resultados antes dos impostos: (F) - (E) =			7,694.04		-9,009.71		46,135.61	
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			7,470.39		-9,128.22		46,135.61	

(1) Em conformidade com o artigo 24.º da 4.ª Directiva da CEE.

(2) 681 + 685 + 686 + 687 + 688

(3) Diferença algébrica entre as existências finais e iniciais de << Produtos acabados e intermédios >> (C/33), << Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos >> (C/34) e << Produtos e trabalhos em curso >> (C/35), tomando ainda em consideração o movimento registado em <<Regularização de existências>> (C/38).

(4) 7812 + 7815 + 7816 + 783

(5) 7811 + 7813 + 7814 + 7818 + 785 + 786 + 787 + 788

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

## Demonstrações de origem e aplicação de fundos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

ORIGEM DE FUNDOS	2009	2008	APLICAÇÃO DE FUNDOS	2009	2008
<b>Internas :</b>					
Resultado líquido do exercício	7.470	-	Prejuízo do exercício	-	9.128
Amortizações do exercício	1.837	1.986	Aumentos de imobilizações:		
Ajustamentos do exercício	9.825	7.575	Aquisição de imobilizações corpóreas	-	4.821
<b>Diminuição dos fundos circulantes</b>	<b>-</b>	<b>4.388</b>	<b>Aumento dos fundos circulantes</b>	<b>19.132</b>	<b>-</b>
	<b>19.132</b>	<b>13.949</b>		<b>19.132</b>	<b>13.949</b>

### As variações nos fundos circulantes são explicadas por:

	2009	2008		2009	2008
<b>Aumentos de activos:</b>			<b>Diminuições de activos:</b>		
Acréscimos e diferimentos	-	135	Acréscimos e diferimentos	422	-
Depósitos bancários e caixa	18.159	23.407	Dívidas de terceiros - curto prazo	-	28.672
Dívidas de terceiros - curto prazo	597	-			
<b>Diminuições de passivos</b>			<b>Aumentos de passivos:</b>		
Dívidas a terceiros - curto prazo	656	884	Acréscimos e diferimentos	-	142
Acréscimos e diferimentos	142	-			
<b>Diminuição dos fundos circulantes</b>	<b>-</b>	<b>4.388</b>	<b>Aumento dos fundos circulantes</b>	<b>19.132</b>	<b>-</b>
	<b>19.554</b>	<b>28.814</b>		<b>19.554</b>	<b>28.814</b>

31. Dezembro. 2009  
(Valores expressos em Euros)

## Anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados

### Introdução

O Instituto Português de Corporate Governance, é uma Associação fundada em 15 de Junho de 2004 e tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

### Nota 1 Derrogações do POC

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC).

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POC, sendo de referir que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de valores ou situações a reportar.

### Nota 2 Valores comparativos

A empresa não procedeu, de uma forma geral, à alteração de práticas contabilísticas pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

### Nota 3 Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

#### a) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rúbricas das Demonstrações Financeiras.

#### b) Imobilizações corpóreas, incorpóreas e amortizações

Os bens do activo imobilizado estão contabilizados ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os seus bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens.

#### c) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

#### d) Subsídios

Correspondem, essencialmente, aos donativos de entidades privadas, cujo valor é registado em proveitos quando existe o direito ao respectivo recebimento.

### Nota 6 Imposto sobre o Rendimento

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artº 54º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis. De acordo com o Capítulo II, Artº 11º § 3 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os proveitos suplementares resultantes da venda do “Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal” e os juros obtidos de depósitos a prazo.

### Nota 7 Volume de Emprego

Durante o exercício de 2009 o Instituto Português de Corporate Governance não teve ao seu serviço quaisquer empregados.

### Nota 10 Movimentos no Activo Imobilizado

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências / Abates	Saldo Final
<b>ACTIVO BRUTO</b>					
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Equipamento Administrativo	7.613,44				7.613,44
	<b>7.613,44</b>				<b>7.613,44</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Despesas instalação	475,35				475,35
	<b>475,35</b>				<b>475,35</b>

Descrição	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo Final
<b>AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS</b>				
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Equipamento Administrativo	2.587,12	1.731,24		4.318,36
	<u>2.587,12</u>	<u>1.731,24</u>		<u>4.318,36</u>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
Despesas instalação	369,61	105,74		475,35
	<u>369,61</u>	<u>105,74</u>		<u>475,35</u>

### Nota 21 Movimentos do activo circulante

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Saldo Final
<b>Dívidas de Terceiros:</b>				
Clientes	72,02	123,55	46,73	148,84
Outros Sócios	21.450,00	74.150,00	73.600,00	22.000,00
Outros devedores	326,00		311,00	15,00
Estado	25,18	280,76		305,94
	<u>21.873,20</u>	<u>74.554,31</u>	<u>73.957,73</u>	<u>22.469,78</u>

O detalhe da rubrica “Outros Sócios”, pode ser apresentado como se segue:

Detalhe	Valor
<b>Outros Sócios:</b>	
<b>Jóias e quotas</b>	
. Ano 2005	3.600,00
. Ano 2006	3.900,00
. Ano 2007	3.825,00
. Ano 2008	4.850,00
. Ano 2009	5.825,00
	<u>22.000,00</u>

A Direcção decidiu constituir em 2008 uma provisão pelas quotas de 2005 e 2006 (Nota 23). As quotas dos anos de 2007, 2008 e 2009 foram sujeitas a provisão de acordo com os seguintes critérios:

- Quotas de 2007: foram provisionadas na sua totalidade;
- Quotas de 2008 e quotas de 2009; foram provisionadas as quotas dos associados com quatro ou mais quotas em atraso.

### Nota 23

#### Dívidas de cobrança duvidosa

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
<b>Outras dívidas de terceiros:</b>				
<b>Jóias e quotas</b>				
. Ano 2005	3.600,00			3.600,00
. Ano 2006	3.975,00		75,00	3.900,00
. Ano 2007		3.525,00		3.525,00
. Ano 2008		3.225,00		3.225,00
. Ano 2009		3.150,00		3.150,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.575,00</b>	<b>9.900,00</b>	<b>75,00</b>	<b>17.400,00</b>

Em 2008 foi inicialmente constituída uma provisão no valor de 8.325,00 euros respeitante às quotas de 2005 e 2006 de associados individuais e que se encontravam em dívida a 16 de Setembro de 2008 (Acta n.º 7/2008 da Direcção).

As cobranças posteriores permitiram uma redução da provisão em 750,00 euros, sendo a provisão para outras dívidas de terceiros no final do Exercício de 2008 de 7.575,00 euros.

No Exercício de 2009 houve uma cobrança de 75,00 euros que, por reversão de ajustamentos, reduziu a provisão do ano de 2006 para 3.900,00 euros. Foram ainda constituídas provisões para as quotas por cobrar de 2007, 2008 e 2009, conforme referido na Nota 21, no total de 9.900,00 euros. Deste modo, a provisão para dívidas de terceiros no final do Exercício de 2009 é de 17.400,00€.

### Nota 40

#### Movimentos ocorridos nas contas de Capital Próprio

Descrição	31-12-2008	Transferências	Resultado líquido	31-12-2009
Fundo Social	97.750,23	-9.128,22		88.622,01
Prestações suplementares				
Reservas reavaliação				
Reservas				
Resultados Transitados				
Resultado Exercício	-9.128,22	9.128,22	7.470,39	7.470,39
<b>TOTAL</b>	<b>88.622,01</b>	<b>0,00</b>	<b>7.470,39</b>	<b>96.092,40</b>

### Nota 45 Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercício	
	2009	2008
681 Juros suportados		
682 Perdas em emp. do grupo e assoc.		
683 Amort. de investim. em imóveis		
684 Provisões para aplicações financeiras		
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		
686 Descontos de pronto pag. concedidos	30,73	
687 Perdas na alienação de aplic. de tesour.		
688 Outros custos e perdas financeiros	298,60	250,60
	<u>329,33</u>	<u>250,60</u>
Resultados Financeiros	1.150,63	701,42
	<u>1.479,96</u>	<u>952,02</u>

Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2009	2008
781 Juros obtidos	1.479,83	952,02
782 Ganhos em emp. do grupo e assoc.		
783 Rendimentos de Imóveis		
784 Rendimentos de participações de capital		
785 Diferenças de câmbio favoráveis		
786 Descontos de pronto pagamento obtidos	0,13	
787 Ganhos na alienação de aplic. de tesour.		
788 Outros proveitos e ganhos financeiros		
	<u>1.479,96</u>	<u>952,02</u>
Resultados Financeiros	1.479,96	952,02
	<u>1.479,96</u>	<u>952,02</u>

### Nota 46 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercício	
	2009	2008
691 Donativos		
692 Dívidas incobráveis		
693 Perdas em existências		
694 Perdas em imobilizações		
695 Multas e penalidades		
696 Aumentos de amort. e de provisões		
697 Correções relativas a exerc. Anter.	271,00	3.591,22
698 Outros custos e perdas extraord.	105,86	0,01
	<u>376,86</u>	<u>3.591,23</u>
Resultados Extraordinários	-376,86	-3.591,23
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2009	2008
791 Restituição de impostos		
792 Recuperação de dívidas		
793 Ganhos em existências		
794 Ganhos em imobilizações		
795 Benefícios de penal. contratuais		
796 Reduções de amort. e de provisões		
797 Correções relativas a exerc. anter.		
798 Outros proveitos e ganhos extraord.		
Resultados Extraordinários	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

**Nota 48**  
Outras informações

A) Discriminação dos “Fornecimentos e Serviços Externos”

Descrição	2009	2008
Ferramentas e Utensílios		4,30
Material de Escritório	1.301,29	1.316,44
Rendas e Alugueres:		
Equipamentos		
Arrendamento Sala	7.399,48	7.211,84
Despesas representação		808,96
Comunicação:		
Portal Cgov		1.800,00
Correio	1.127,45	1.671,41
Telefone	290,29	281,27
Internet	353,43	
Deslocações e estadas	1.010,92	18,05
Honorários:		
Marco Gomes Binhá	15.550,00	13.100,00
David Oliveira		190,00
André Figueiredo	1.170,00	4.650,00
José Ferreira Gomes	1.850,00	7.350,00
Francisco Vieira Sousa		4.200,00
Limpeza, Higiene e Conforto		3,08
Contencioso e Notariado	325,64	
Publicidade e propaganda	1.915,20	
Trabalhos especializados:		
Conta-T - Consultores	3.168,00	2.778,60
Multitema, Soluções de Impressão		209,15
Price W Coopers	750,00	
Flor Santo Amaro	120,96	
Sugestões Opções	154,20	
N Imagens Eventos	252,00	45,00
Cunha Vaz & Associados	7.769,16	6.315,00
Media Gate Agência	13.334,21	
Fundação Serralves	696,00	
Victoria Seguros	1.659,70	1.043,10
Tinta Digital	3.750,00	2.960,00
Publitoral Publicidade		245,00
Outros	274,49	
<b>TOTAL</b>	<b>64.222,42</b>	<b>56.201,20</b>

B) Discriminação dos “Custos - perdas extraordinárias”

Descrição	2009	2008
Custos não especificados		0,01
Forn. Serv. Externos	271,00	2.266,22
Impostos	105,86	
Prestação Serviços		1.325,00
<b>TOTAL</b>	<b>376,86</b>	<b>3.591,23</b>

## C) Discriminação dos “Depósitos Bancários”

Descrição	2009	2008
Depósitos à ordem	4.338,37	6.062,18
Depósitos a prazo	85.000,00	65.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>89.338,37</b>	<b>71.062,18</b>

## D) Discriminação de Estado e Outros Entes Públicos - Passivo

Descrição	2009	2008
Retenção IRS Trabalho Independente	490,00	300,00
Retenção IRS Prediais	188,40	190,00
IVA - a pagar	1.497,66	9,75
<b>TOTAL</b>	<b>2.176,06</b>	<b>499,75</b>

## E) Evolução do Fundo Social

Descrição	2008
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9.128,22
<b>TOTAL</b>	<b>88.622,01</b>

## F) Discriminação custos com a elaboração do Projecto de Código de Bom Governo das Sociedades do IPCG

Conta	Rúbricas	2008	2009	TOTAL
62217	Material escritório		808,90	808,90
622222	Correio		430,76	430,76
62227	Deslocações e estadas		239,20	239,20
622294	Honorários André Figueiredo	4.650,00	1.170,00	5.820,00
622295	Honorários José Ferreira Gomes	7.350,00	1.850,00	9.200,00
6223612	Facturas N Imagem Eventos		132,00	132,00
6223613	Facturas Cunha Vaz & Associados		869,16	869,16
6223614	Facturas Media Gate Agência		13.334,21	13.334,21
6223620	Facturas Fundação Serralves		696,00	696,00
62233	Publicidade e Propaganda		1915,20	1915,20
62	Total fornecimentos e serviços terceiros	12.000,00	21.445,43	33.445,43
6312	IVA sobre Facturas honorários	2.520,00	604,00	3.124,00
63	Total impostos	2.520,00	604,00	3.124,00
	<b>TOTAL CENTRO CUSTO</b>	<b>14.520,00</b>	<b>22.049,43</b>	<b>36.569,43</b>

Lisboa, 05 de Fevereiro de 2010

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



## Direcção

Duração do Mandato: três anos

Reuniões	2006	2007	2008	2009
Direcção	4	9	9	11

### Membros

1. João Luís Ramalho de Carvalho Talone - Presidente
2. Maria Luísa Falcão Lábano Monteiro Antas - Vice-Presidente
3. Fernando Adão da Fonseca - Vice-Presidente
4. Carlos Francisco Ferreira Alves - Vogal da Direcção
5. Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo - Vogal da Direcção

Eleitos pelo Conselho Geral de 28 de Maio de 2007.

## Conselho Fiscal

Duração do Mandato: três anos

Reuniões	2006	2007	2008	2009
Assembleia Geral	-	1	1	1

### Membros

1. Luís Augusto Gonçalves Magalhães - Presidente;
2. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro - Vogal;
3. Rafael Mora Funes - Vogal.

O mandato de todos os membros do Conselho Fiscal foi renovado na Assembleia Geral de 11 de Abril de 2007 e prorrogado na Assembleia Geral de 4 de Março de 2009 para que completasse três anos.

## Conselho Geral

Duração do Mandato: três anos

Reuniões	2006	2007	2008	2009
Conselho Geral	-	1	1	2

### Membros

Eleitos pela Assembleia Geral  
de 11 de Abril de 2007:

1. Emilio Rui da Veiga Vilar - Presidente
2. Artur dos Santos Silva
3. Paulo Teixeira de Azevedo
4. Álvaro Roque Bissaia Barreto
5. António Sarmento Beja
6. Eduardo Catroga
7. Miguel Horta e Costa
8. Maria do Carmo Vieira da Fonseca
9. Jorge Jardim Gonçalves
10. Diogo Homem Lucena
11. Manuel Ferreira de Oliveira
12. Alexandre Costa Relvas
13. João Fernandes Salgueiro
14. Francisco de La Fuente Sanchez
15. José Penedos
16. Manuel Alves Monteiro
17. Pedro Rebelo de Sousa

Eleitos pela Assembleia Geral  
de 4 de Março de 2009:

1. Galp Energia, S.A..

